**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL**

**DE MEIO AMBIENTE DA GESTÃO DO BIÊNIO 2014 / 2016.**

Os membros signatários do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Armação dos Búzios, vêm apresentar o relatório de atividades desenvolvidas por este conselho no período compreendido entre dezembro/2013 e agosto/2016.

As entidades eleitas e seus respectivos representantes foram: AHB; Marcio Arouca e Thomas Weber; NEA-BC, Isabela Mariz e Stephanie Freitas; NÚCLEO ECOLÓGIO JOSÉ GONÇALVES, Marcina Oliveira e Luiz Alberto Kunz; AMOCA, Mônica Casarin e Romero Medeiros; AMA GERIBÁ, Rodolpho Perissé e Maria Bacelar; ATIVA BÚZIOS, Denise Morand e Mônica Werkhauser. O Sr. RODOLPHO PERISSÉ foi eleito presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente, MÔNICA CASARIN, vice-presidente e; o Sr. CARLOS ALBERTO MUNIZ como secretário executivo. O NEA-BC, classificada pelo critério territorial, representante do setor NOROESTE teve sua eleição impugnada devido a um erro na documentação apresentada, sendo substituída pela AMMAR-MARINA (Lucio Sattamini e Luis Gomes), em nova eleição em agosto de 2014.

É preciso enfatizar o início atípico desta gestão eleita em novembro de 2013, que ficou prejudicada pela mudança de comando da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a troca de entidade representante do setor Noroeste e a não publicação da eleição no Boletim Oficial; o que inviabilizaria os trabalhos ficando este inativo de 26 de março de 2014 à 11 de julho de 2014. Assim, a gestão foi iniciada, de fato, apenas em AGOSTO de 2014.

Os principais temas tratados pelo CMMA nesta gestão foram (por ordem aleatória):

**01) Levantamento das Bacias de Contribuição como subsídio para futuros projetos de drenagem.**

A tormenta que atingiu a cidade no mês de dezembro de 2013 alagando grande parte de Cem Braças, José Gonçalves, Manguinhos e outros bairros, evidenciou a necessidade de se ter um mapa das principais bacias de contribuição no município. O então secretário de Meio Ambiente, Carlos Alberto Muniz, apresentou na reunião de dezembro de 2013, um relatório das medidas em estudo para evitar que novas catástrofes ocorram, entre elas um projeto de criação de bacias lacunares, drenadas, nos principais pontos de passagem de água no território municipal, que custaria R$ 2 milhões de reais e seria pago com verba garantida do INEA.

**RESULTADO:** Não se teve mais informações sobre a verba do INEA para as bacias lacunares e mesmo o tema tendo voltado a ser discutido em outras reuniões, a falta de recursos financeiros foi o motivo alegado para a não condução do projeto.

**02) Implantação do Fundo Municipal de Meio Ambiente.**

Considerado pelos representantes das entidades civis como prioridade e ação fundamental para que sejam garantidas verbas para aplicação no meio ambiente municipal. Até o presente momento (data constante neste relatório), o FMMA não existe legalmente o que acarretou na perda de todas as verbas carimbadas para a área ambiental, e consequentemente a falta de investimento em projetos importantes.

**RESULTADO:** Após quase dois anos de dedicação dos membros do CMMA e os obstáculos superados - com a criação de CNPJ próprio e a abertura de conta corrente individual - aguardamos APENAS a publicação do seu regimento interno no Boletim Oficial e o depósito das verbas ambientais na nova conta corrente, para que o Fundo Municipal de Meio Ambiente de Armação dos Búzios passe a funcionar legalmente.

**03) Auditoria dos investimentos da Prolagos no município.**

O ano de 2013 terminou com uma promessa dos governos Municipal, Estadual e da concessionária Prolagos de investimentos na ordem de cerca de R$ 42 milhões no saneamento do município em 2014, a serem implementados nos bairros de João Fernandes, Ossos, Geribá (lagoa) e Cem Braças, além da ampliação da ETE de Búzios e a implementação de uma Wetland. Os conselheiros decidiram que seria necessário convocar o presidente da Prolagos para uma apresentação de contas de todos os investimentos já feitos no município, e dos futuros investimentos para os próximos anos.

**RESULTADO:** Depois de adiamentos consecutivos, por vários motivos, o CMMA acabou não convocando o presidente da Prolagos. Os supostos R$ 42 milhões desapareceram com a crise do petróleo, sendo utilizado apenas R$ 5 milhões no entorno da Lagoa de Geribá. O tema foi discutido em várias reuniões, porém nenhuma decisão ou solução foi definida, continuando o assunto em aberto.

**04) A criação da Unidade de Conservação do Mangue de Pedras.**

A criação da Unidade de Conservação do Mangue de Pedras foi uma das prioridades eleita por esta gestão do CMMA. A importância de se proteger esta área de especial interesse ambiental, cuja existência é rara, é considerada fundamental para manutenção de eco-sistema. Apesar de o secretário de Meio Ambiente, Fábio Dantas, ter se manifestado contra a criação de uma APP no local, sem que a Prefeitura tenha recursos financeiros para indenizar os proprietários das áreas afetadas, determinou a demarcação da área que seria incluída na U.C. Mangue de Pedras.

**RESULTADO:** Este trabalho de demarcação da U.C. Mangue de Pedras ficou pronto no final de 2015, mas que não foi apresentado aos conselheiros, apesar dos insistentes pedidos. Segundo informações, tinha sido encaminhado às secretaria de Desenvolvimento Urbano e posteriormente à Procuradoria. Sendo que, até o presente momento, não se tem uma conclusão do tema.

**05) Plano de Ação da SEMAP para 2014**

Depois de um Período de interrupção, o CMMA voltou a se reunir em 13/08/2014, quando se discutiu as prioridades de investimento no meio ambiente. O presidente interveio lembrando que para se investir, precisa-se saber quanto de verba tem-se disponível. No que foi informado a existência de uma verba de R$ 100.000,00 (cem mil reais) do Ministério do Meio Ambiente, previstos para o Parque dos Corais; um total de R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) disponíveis para o Fundo Municipal de Meio Ambiente e a possibilidade de recebimento de recursos advindos do TAC dos condomínios irregulares que foi feito entre o MPE, os empreendedores e a Prefeitura, cujo valor ainda não era sabido. A SEMAP listou 03 (três) projetos prioritários para investimento:

A) Recuperação de Lagoas municipais;

B) Monitoramento da qualidade da água nas praias;

C) Reflorestamento de áreas degradas.

**RESULTADO:** As verbas do Parque dos Corais e do FMMA não foram contabilizadas e ou utilizadas. Apenas algumas obras de desassoreamento das Lagoas de Geribá, da Usina e da SEMAP foram feitas pontualmente, e sem nenhum estudo de impacto nem planejamento para o descarte do material. Sem recursos financeiros para fazer o monitoramento da qualidade da água nas praias, não foi nem mesmo iniciado. Algumas pequenas áreas foram reflorestados com recursos das Medidas Compensatórias, notadamente no Mangue de Pedras, conforme o relatório feito pela Câmara Técnica (Medidas Compensatórias), porém não tivemos conhecimento do planejamento destas ações.

**06) Plano de Coleta e Reciclagem de Resíduos Sólidos.**

A coleta e reaproveitamento do lixo urbano é uma realidade e uma necessidade em todo o mundo, além de que os dados coletados referentes à reciclagem contribuem para o recebimento do ICMS VERDE. Mas infelizmente, Búzios não tem mais a coleta de lixo reciclável, pois a cooperativa que se ocupava da coleta e revenda acabou desistindo, por falta de incentivo. Por isto, os membros do CMMA decidiram incentivar a definição de um projeto municipal, com legislação própria, para a coleta e reciclagem de resíduos sólidos.

**RESULTADO:** o trabalho de preparar uma proposta de projeto ficou à cargo de uma Câmara Técnica, liderada pela engenheira sanitarista Luana Andrade. O resultado deste trabalho foi apresentado e aprovado pelo CMMA em 03 de dezembro de 2014. A partir deste projeto, ficou-se de elaborar uma legislação própria sobre o assunto, que acabou sendo abortada devido à aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico. Em abril de 2015, a SEMAP ficou de apresentar um projeto piloto de coleta e reciclagem de resíduos sólidos, no bairro da Ferradura; e a reforma da Usina de Reciclagem. Foi montada uma Câmara Técnica para analisar os projetos. Porém, a CT recebeu apenas o projeto de reforma das instalações físicas da Usina de Lixo, sobre o qual emitiu um relatório, recomendando que o projeto seja refeito, após um levantamento de necessidade de capacidade de operação da Usina.

**07) Projetos de Licenciamento de condomínios e hotéis.**

Os conselheiros questionaram o fato de não terem analisado nenhum pedido de projetos de licenciamentos de condomínios e hotéis, em curso e ou aprovados SEMAP entre o período de 10/2013 a 09/2014 (que por lei devem passar pela avaliação do CMMA). O secretário de Meio Ambiente, Fábio Dantas, disse que na sua interpretação os projetos só passariam pelo CMMA após sua aprovação. Os conselheiros discordaram e apelaram para a coerência da lei. Assim sendo, até o momento, apenas 02 (dois) empreendimentos foram analisados pelo CMMA.

**RESULTADO:** Foram analisados o Processo Nº 17.275/2014 -EBI ECIA BÙZIOS INCORPORAÇÕES LTDA e Processos Nº11.247/2009 Lote 19E, 11.248/2009 Lote 19, 11.249/2009 Lote 19D,11.250/2009 Lote 19 A, 11.252/2009 Lote 19B da KREK LTDA. Após análise, a Câmara Técnica produziu um relatório recomendando que “motivado pelos vícios existentes nos licenciamentos de projetos de condomínios situados em Área de Especial Interesse Ambiental, que acabamos de relatar, solicite a suspensão temporária das licenças concedidas, até que sejam sanados todos os problemas elencados”.

**PS:** Em fevereiro de 2016, os conselheiros receberam a informação de que um pedido de licença para reforma e ampliação do projeto Marina Porto Búzios estava sendo analisado pela SEMAP. Este assunto entrou em pauta e uma Câmara Técnica foi criada para analisar o projeto, que incluía os técnicos da SEMAP responsáveis pela análise do licenciamento. Porém, até o momento os membros da C.T. não conseguiram ter acesso ao processo administrativo para dar andamento ao relatório. Preocupados com a demora, a Ativa Búzios e a AMOCA enviaram um ofício ao CMMA e ao MP demonstrando sua inquietude.

**08) Reforma e unificação da legislação de Medidas Compensatórias.**

Com a proposta da criação do FMMA, foi identificada necessidade de se adequar as leis municipais que tratam de Medidas Compensatórias - Leis 428, 490 e 548 (lei do esgoto) – à Lei do Fundo Municipal de Meio Ambiente - Lei 701. Para propor esta alteração, foi criada uma Câmara Técnica com a participação dos secretários de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Saneamento Básico, além de representantes da sociedade civil. Esta C.T. produziu um relatório com a proposta de uma única lei, unificada, que englobaria todas as medidas de mitigação ambiental.

**RESULTADO:** em agosto de 2015 esta proposta de projeto de lei foi protocolada na Prefeitura (Nº 10.790/2015) e ficou sendo analisada pela Procuradoria Municipal até o mês de julho de 2016, quando foi encaminhado para o parecer final da SEMAP e posterior encaminhamento à Câmara Municipal.

**09) Criação do Plano Municipal da Mata Atlântica.**

Exigido pela legislação federal - Lei Federal nº 11.428/2006 - Lei da Mata Atlântica

(Anexo I) e no seu Decreto Regulador nº 6.660/2008, a aprovação de um Plano Municipal da Mata Atlântica foi proposto à Prefeitura pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) e iniciou-se em março de 2015, com a participação de 05 (cinco) conselheiros do Meio Ambiente, em todas as suas etapas.

**RESULTADO:** O Plano foi aprovado na reunião de 27 de abril de 2016.

**10) Plano de Ação da SEMAP para 2015.**

O Secretário de Meio Ambiente, Fábio Dantas, apresentou um documento com o Plano de Ação da Semap para o exercício 2015 com as seguintes ações: 01) Captar recursos para a Semap através do Fundo da Mata Atlântica, MMA, FUNASA, FECAN, FUNDRHI); 02) Fazer uma reforma administrativa na secretaria; 03) Contratar empresa especializada para consultoria ambiental (projetos de captação de recursos, capacitação de servidores e reformulação da legislação ambiental); 04) Investir na infraestrutura para melhorar a fiscalização e licenciamento; 05) Reformular a legislação de compensação ambiental; 06) Projeto de educação ambiental com parceria das Escolas; 07) Reflorestamento de áreas degradas; 08) Contratação de empresa especializada em paisagismo; 09) Finalizar Plano da Mata Atlântica; 10) Criação da Unidade Mangue de Pedras; 11) Recuperação e Monitoramento das Lagoas; 12) Remediação do Lixão, 13) Implantação do sistema de coleta seletiva do lixo; 14) Projeto de saneamento básico de Cem Braças.

**RESULTADO:** Apenas os itens 06 e 09 foram concluídos.

**11) Análise dos processos que envolveram medidas compensatórias**

Provocado por um questionamento do Ministério Público Estadual, que examinava o uso das verbas vindas de medidas compensatórias, o Secretário de Meio Ambiente, Fábio Dantas, informou que decidiu mudar o procedimento para a cobrança e uso das medidas compensatórias, que foram divididas em 03 categorias: 1-entrega das mudas devidas na Semap; 2-conversão das mudas em serviços/equipamentos para a Semap e 3- conversão das mudas em moeda com depósito em conta específica de medidas compensatórias. E pediu que o CMMA analisasse e emitisse um relatório de todos os processos de M.C. em sua gestão.

**RESULTADO:** Os conselheiros receberamum total de 66 processos, sendo que 29 estavam em conclusão. Após minuciosa análise emitiu-se um relatório recomendando a mudança da legislação, que se elaborasse uma norma interna com procedimentos e regras de cobrança, que alguns dos processos fossem revistos, que o CMMA tivesse acesso a relatórios semestrais e que uma conta própria fosse aberta, enquanto a lei não mude. Efetivamente, uma conta foi aberta e o último saldo entregue aos conselheiros, em outubro de 2015, constava um saldo de R$ 59.404,35 (cinquenta nove mil, quatrocentos e quatro reais e trinta cinco centavos).

**12) Análise da LDO da SEMAP encaminhada à Câmara de Vereadores:**

Constatou-se que não houve nenhuma mudança em relação à LDO de 2015. Fábio Dantas, Secretário de Meio Ambiente explicou que por falta de tempo e funcionários na SEMAP não foi feito um novo orçamento, utilizando-se assim o mesmo orçamento de 2015.

**13) Perda da sede da SEMAP.**

O secretário Fábio Dantas informou que o prefeito cedeu o prédio da SEMAP para a Secretaria de Obras e transferiu o Meio Ambiente para o prédio que abrigava o Horto; e devido as condições do velho prédio e falta de espaço seria necessária uma reforma e ampliação urgentes do prédio; e que o custo da reforma e ampliação seria de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Disse ainda que a traineira da Guarda Marítima estava degradada, não podendo ser utilizada para a fiscalização e precisaria de reforma do casario, deck de resgate e trocar o madeiramento de fundo e o custo final de R$ 11.000,00 (onze mil reais). O secretário disse que como a SEMAP não dispõe deste valor em seu orçamento, gostaria de usar o dinheiro da conta de Medidas Compensatórias para ambos os serviços, no que foi desencorajado a fazer pelos conselheiros por não estar de acordo com a legislação.

**RESULTADO:** Segundo informações do secretário, a reforma foi feita com verba própria da SEMAP e a traineira não foi reformada. O resultado da perda da sede da SEMAP, além de atrapalhar os trabalhos da própria Secretaria, também atingiu o Conselho que teve que procurar ajuda junto aos membros civis da entidade para ter um lugar para se reunir e guardar seus documentos.

**14) Projeto RIO-RURAL, da EMATER.**

A EMATER–RIO é a executora do RIO RURAL, programa da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Sustentável, que tem por objetivo fornecer assistência técnica aos produtores rurais e pescadores artesanais na produção sustentável. O programa se inicia com a identificação e divisão de microbacias hidrográficas nos municípios, e suas respectivas comunidades rural e pesqueira, que poderão ter acesso à recursos do Banco Mundial de Desenvolvimento Rural. Estes beneficiários irão receber recursos a fundo perdido, com o compromisso de fazerem investimento em projetos ambientais e/ou produtivos sustentáveis em suas áreas.

**RESULTADO:** O projeto está em fase de planejamento e o CMMA aguarda retorno da EMATER.

**15) Análise do Plano Municipal de Saneamento Básico.**

O Plano Municipal de Saneamento Básico foi elaborado pela SERENCO, baseado em consultas públicas e apresentado em 2013. Porém, sua aprovação somente se deu em 25 de dezembro de 2015 sem que ele tenha passado pelo CMMA. Para analisar o PMSB foi criada uma Câmara Técnica em janeiro de 2016, cujo relatório foi apresentado e votado em 31 de março de 2016, com as seguintes recomendações: *“É urgente a convocação da Conferência Municipal de Saneamento, a definição da Lei Municipal de Políticas Públicas do Saneamento Básico e a criação da Secretaria Municipal de Saneamento para que se inicie a execução deste Plano”.*

**RESULTADO:** Através da iniciativa da sociedade civil, notadamente do grupo SOS Saneamento, foi proposta uma minuta de projeto de Lei Municipal de Políticas Públicas que aguarda parecer da Procuradoria Municipal, antes de ser encaminhado à Câmara de Vereadores. A criação de uma secretaria específica de Saneamento Básico ainda não foi discutida com o Executivo.

**16) Invasão de áreas de APA e APP.**

Ficais das secretarias de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano vinham denunciando, desde início de 2015, que áreas dentro das U.C. do município estavam sendo invadidas de maneira profissional e eles (fiscais) estavam sendo ameaçados, inclusive com arma de fogo, o que estaria comprometendo o trabalho da fiscalização. Para entender o que realmente está acontecendo nestas áreas, os conselheiros decidiram produzir um relatório, com informações precisas e autênticas e mapas desta supostas invasões antes de tomar qualquer outra medida. Em março de 2016, criou-se uma Câmara Técnica, composta de conselheiros e profissionais da área ambiental e urbana, para produzir tal relatório.

**RESULTADO:** Até o momento, os componentes da C.T. ainda aguardam o recebimento das informações com o mapa das invasões pedidas às secretarias de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, sem os quais não é possível concluir o trabalho.

**17) Vazamento de amônia na Fábrica de Gelo.**

O CMMA foi informado de que durante o verão havia acontecido um vazamento de amônia na Fábrica de Gelo de Manguinhos e que esta não teria sido a primeira vez. A SEMPA relatou que o empreendimento solicitou o licenciamento ambiental para a fabricação de gelo, com utilização de amônia na atividade. Que recebeu várias denúncias de vazamento da substância, e que sua fiscalização constatou, multou e embargou o funcionamento da fábrica, autorizando apenas a venda de gelo, até que a atividade fosse licenciada devidamente. Segundo o secretário de Meio Ambiente, o processo foi encaminhado ao INEA, já que a SEMAP não possui técnicos (químicos) para analisar o assunto. Ainda segundo o secretário, o INEA recomendou o arquivamento do processo sem se manifestar quanto ao vazamento da amônia. Foi então formada uma câmara técnica para averiguar o problema do vazamento e a conveniência de solicitar ao INEA nova análise.

**RESUTADO:** a C.T. não completou o trabalho.

**Informações complementares e completas podem ser acessadas nas atas da reuniões ordinárias e extraordinárias publicadas no seguintes Boletins Oficiais: Nº 723 de 30/10/2015, Nº 724 de 08/11/2015 e Nº 746 de 11/03/2016.**

Armação dos Búzios, 25 agosto de 2016

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Rodolpho Perissé – Presidente

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Mônica Casarin Fernandes – Vice presidente

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Fábio Dantas - Secretário executivo